



# REBENA

## Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 11, 2025, p. 270 - 281

<https://reben.emnuvens.com.br/revista/index>

### A escola frente à inclusão de alunos com necessidades especiais: inclusão ou exclusão?

The education facing the inclusion of students with special needs: inclusion or exclusion?

Débora da Silva Santana<sup>1</sup> Givaneide Almeida da Silva<sup>2</sup>  
Jailma Correia Pimentel<sup>3</sup>

DOI: [10.5281/zenodo.15587154](https://doi.org/10.5281/zenodo.15587154)

Submetido: 15/03/2024 Aprovado: 25/05/2025 Publicação: 02/06/2025

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como ocorre a inclusão dos alunos com necessidades especiais em uma escola municipal da rede pública, examinado se a mesma está em conformidade com as diretrizes legais. O estudo parte da premissa que, embora muito se fale em inclusão educacional nos últimos tempos, a escolarização dos alunos especiais ainda é permeada por dificuldades e desafios que dificultam a efetividade de uma educação inclusiva de qualidade. O trabalho possui natureza qualitativa e caracteriza-se como estudo de caso realizado em uma escola da rede municipal de ensino. Os participantes foram 5 (cinco) professoras que lecionam na referida escola e atendem alunos com necessidades educacionais especiais. Os resultados demonstraram que muitos ainda são os desafios que as escolas devem transpor para atender às necessidades educacionais dos alunos especiais pautando-se no acolhimento, respeito e valorização da diferença. Concluiu-se que, apesar das diretrizes legais e outras estratégias implementadas, a maioria dos alunos especiais sofre uma escolarização deficitária, e muitos ainda são os obstáculos a serem superados para que se possa falar em uma verdadeira inclusão.

**Palavras-chave** Escola. Desafios. Inclusão. Necessidades Especiais.

### ABSTRACT

This research aims to analyze how students with special needs are included in a municipal public school, examining whether it complies with legal guidelines. The study is based on the premise that, although there has been much talk about educational inclusion in recent times, the education of special needs students is still permeated by difficulties and challenges that hinder the effectiveness of quality inclusive education. The work is qualitative in nature and is characterized as a case study carried out in a school in the municipal education network. The participants were 5 (five) teachers who teach at the aforementioned school and serve students with special educational needs. The results showed that there are still many challenges that schools must overcome in order to meet the educational needs of special needs students, based on welcoming, respecting and valuing differences. It was concluded that, despite the legal guidelines and other strategies implemented, most special needs students suffer from deficient education, and there are still many obstacles to be overcome before true inclusion can be discussed.

**Keywords:** School. Challenges. Inclusion. Special Needs

<sup>1</sup> Rede Municipal de Ensino de Ribeira do Pombal, BA. [debora-s@live.com](mailto:debora-s@live.com)

<sup>2</sup> Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita. [almeidagilvaneide76@gmail.com](mailto:almeidagilvaneide76@gmail.com)

<sup>3</sup> Escola Municipal Joana Angélica. [jailmaruan3@hotmail.com](mailto:jailmaruan3@hotmail.com)

## 1. Introdução

Atualmente, muito se tem enfatizado a necessidade de convivência com as diferenças, por isso, o tema inclusão de pessoas com necessidade específicas tem sido fruto de intensos debates no Brasil e no mundo, com o intuito de alcançar uma sociedade mais inclusiva e mais aberta à diversidade. Diversidade, na acepção do dicionário Michaelis (2018, p. 75), refere-se à “qualidade daquilo que é diverso, que apresenta diferença, dessemelhança, variação, variedade. Um conjunto que apresenta características variadas; multiplicidade”.

Sendo assim, para que apareçam as diferenças, a ideia de inclusão deve partir de uma sociedade heterogênea, e é nesse sentido que ganha destaque o entrecruzamento entre a diversidade e a inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) no ambiente escolar, que deve ir além do cumprimento das legislações pertinentes ao tema, mas buscar a atender às demandas e necessidades das PcDs, de modo a garantir um ambiente educacional mais inclusivo, com vistas a oportunizar a estas as mesmas condições de acesso e oportunidade que os demais.

Mas, embora se fale em inclusão educacional da PcD nos últimos tempos, muito ainda precisa ser feito para que esta possa ser efetivada de fato, isso porque os serviços educacionais existentes em várias escolas públicas, ainda estão distantes de promover a inclusão com qualidade do educando com necessidades educativas especiais. Inúmeros estudos também corroboram as dificuldades enfrentadas pelas PcD, sobretudo, quanto à discriminação, exclusão, falta de políticas públicas efetivas entre outras.

Diante do contexto apresentado, é válido questionar: a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas da rede regular de ensino tem ocorrido de forma efetiva, no que diz respeito à diversidade, convivência social e aprendizagem?

Acredita-se que em inúmeras escolas a escolarização dos alunos especiais é permeado por dificuldades e desafios que dificultam a efetividade de uma educação inclusiva de qualidade, que possa incluir todos no processo educativo.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como ocorre a inclusão dos alunos com necessidades especiais em uma escola municipal da rede pública, examinado se a mesma está em conformidade com as diretrizes legais.

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso em uma escola da rede municipal de ensino, localizada no município de Ribeira do Pombal/BA, instituição de ensino concedente da pesquisa, sem intenção de fazer generalizações. A escolha por esse tipo de estudo se deu por compreende que ele: “[...] investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência” (GIL, 2013, p. 57).

As informações obtidas neste estudo poderão contribuir para futuras pesquisas e possibilitar novos debates em relação à educação inclusiva, tema que vem ganhando notoriedade nos últimos anos, por isso, é sempre pertinente abrir espaço para constantes reflexões.

## 2. A escola e a inclusão de pessoa com deficiência (PcD)

No contexto atual, as questões de cunho inclusivista vem ganhando notoriedade em todo o mundo, e com base nessas premissas, a legislação brasileira estabeleceu uma nova perspectiva de inclusão para a Pessoa com Deficiência (PcD), sobretudo, para assegurar a igualdade de oportunidades.

Durante muito tempo utilizou-se a expressão “Portador de Deficiência” para fazer alusão à pessoa com deficiência (PcD), o que remetia a uma circunstância temporária que poderia ser curada, e por seu caráter estigmatizante, passou a ser considerada inadequada, cedendo lugar a expressão “Portador de Necessidades Especiais” que, todavia, manteve a palavra ‘portador’ em sua nomenclatura, o que ainda trazia a ideia de doença passível de cura a qualquer momento (SILVA NETO, et al, 2018).

Nas últimas décadas surgiu a expressão ‘necessidades especiais’ e desde então a necessidade de compreender e responder algumas questões que insurgem acerca das particularidades que a expressão comporta, as quais se expressam por meio de talentos, capacidades, necessidades e algumas incapacidades.

Em 1981 a nomenclatura antes utilizada ganhou um novo contorno e a expressão ‘Pessoa com Deficiência’ (PcD) se destacou por seu caráter humanitário, todavia, a expressão se consolidou a partir da década de 90, sendo utilizada até o presente momento.

Considera-se Pessoa com Deficiência,

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, de acordo com o art. 2.º, da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015).

Infere-se que a PcD é aquela que apresenta diferenças quando comparada às demais, e de acordo com o referido estatuto existem quatro tipos de deficiência: física, sensorial, mental ou intelectual, e a ocorrência destas pode envolver vários fatores. De acordo com a estimativa da Organização Mundial da Saúde - OMS, aproximadamente 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência.

Em face desta realidade, vem-se observando um aumento considerável de PcD nas escolas e, portanto, a necessidade de desenvolver estratégias para a inclusão desta no contexto educacional, sendo esta uma prerrogativa da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que o Estado brasileiro deve garantir a formação das PcDs, implementação de ações e serviços especializados para atendê-las, de modo que possam usufruir dos direitos intrínsecos às demais pessoas (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996 também versa sobre a inclusão escolar, buscando garantir um ensino de qualidade às PcDs, o qual deve acontecer, preferencialmente, e na rede regular e, não havendo esta possibilidade, o ensino deverá ocorrer em escolas especializadas, devido a circunstâncias que tornem inviável a integração do aluno em classes comuns (Brasil, 1996).

A educação inclusiva é ainda respaldada em marcos legais e documentos internacionais que asseguram o direito à educação como um princípio básico de justiça social. A exemplo, tem-se a Declaração de Salamanca, a qual concebe a inclusão como um processo educacional pelo qual todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educativas específicas, são educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada em instituições de ensino regular:

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios capazes para combater as atividades discriminatórias, constituindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO,1994, p.8-9).

Neste mesmo sentido, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, reafirma a educação inclusiva como um direito humano, enfatizando a necessidade de eliminar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. Outra grande iniciativa foi a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que clarificou e ampliou o conceito de deficiência, reconhecendo-o como sendo um aspecto humano relacionado à dificuldade ou impedimento para o acesso e exercícios de direitos em igualdade de condições com as demais pessoas.

Observa-se que muitas são as contribuições para que a inclusão social e educacional das pessoas com necessidades específicas seja efetivada. Todavia, ao mesmo tempo em que se observam conquistas e avanços também surgem inúmeros desafios, pois, são vários os embates que impendem à inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, sobretudo, no ensino regular, isso porque muitas escolas não estão preparadas para atender a diversidade, sendo os maiores obstáculos o espaço físico, o acervo, os serviços educacionais e a formação docente.

Apesar do empenho de algumas instituições para contemplar as necessidades dos alunos com deficiência, as pesquisas revelam a existência de vários problemas, e que embora haja intencionalidades, muitas escolas ainda não atendem plenamente todos os estudantes (FAGUNDES, 2020).

Mazzota (2017, p.58) concebe que:

[...] a inclusão escolar é o processo pelo qual uma escola procede, permanentemente, à mudança do seu sistema, adaptando suas estruturas físicas e programáticas, suas metodologias, tecnologias e capacitando continuamente seus professores, especialistas, funcionários e demais membros da comunidade escolar, inclusive todos os alunos e seus familiares e a sociedade em seu entorno.

Embora algumas instituições de ensino estão tentando adequar-se à política educacional de inclusão para os usuários em condições especiais, pesquisas apontam que, além da estrutura do espaço físico comprometida, os serviços e os recursos humanos como problemas de grande magnitude.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular pressupõe, entre outras coisas, a necessidade de formar e qualificar professores, a elaboração e adaptação de componentes curriculares, a orientação e intervenção psicopedagógica, a inovação e investigação educativa dos processos integradores, a adaptação dos recursos humanos e materiais, cuja melhoria tornará possível um novo modelo de educação inclusiva e possibilitará um ensino de maior qualidade, a fim de garantir oportunidades iguais a todos os alunos (MAZZOTA, 2017).

Na concepção da autora acima citada, quando se fala em inclusão, o ponto fundamental é a compreensão de que ela pressupõe aumentar a participação em circunstâncias ou situações comuns para indivíduos e grupos que se encontravam segregados. Nessa perspectiva, oferecer um atendimento educacional que abranja todos, sem distinção, está intimamente ligado a ideia da não segregação, ou, seja, incluir todos, independentemente de suas limitações.

Por outro lado, a exclusão funda-se na subjetividade e nas relações interpessoais, impedindo o pertencimento e dificultando a aprendizagem e a apropriação de conhecimentos socialmente e culturalmente construídos. Portanto, enquanto não houver uma mudança de paradigma que transforme as condições estruturais de acessibilidade de todas as pessoas, entre elas os alunos especiais, não se pode falar em valorização e em dignidade humana e em uma sociedade para todos (MAZZOTA, 2017).

Às pessoas com deficiência a lei garante o direito de ser estudante. Sendo assim, lidar com a complexidade das necessidades especiais torna-se fator primordial no universo educacional, porque não se pode e nem se conseguiria excluir desse contexto os indivíduos que possuem alguma deficiência. Mas, apesar das conquistas a escola, até hoje, não encontrou a forma adequada para a inclusão das pessoas com deficiência.

Portanto, é necessário reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas escolas, no que concerne à educação inclusiva, para que haja reformulação estrutural de modo a atender às necessidades específicas do público aprendiz. Além das condições estruturais satisfatórias, os

profissionais educadores devem adquirir habilidades específicas, isso inclui a aquisição de conhecimentos além daqueles ofertados nos cursos de formação inicial. Para tanto, faz-se necessário investir em políticas públicas de formação continuada e treinamento com especialização que seja compatível com cada necessidade.

### 3. Resultados e discussão

Este item apresenta os dados coletados por meio da observação indireta, cujo instrumento utilizado foi um questionário, contendo 10 (dez) questões abertas. O trabalho possui natureza qualitativa, em proposta consistente em estudo exploratório acerca do processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular.

Participaram da pesquisa 5 (cinco) professoras que lecionam em uma escola municipal da rede pública em Ribeira do Pombal/BA, cujo critério de inclusão foi professores que estivessem trabalhando com alunos com necessidades educativas especiais, sendo assegurado a estes o anonimato e assegurados todos os preceitos éticos, conforme estabelecido pela legislação brasileira. Por conta disso, as professoras receberam como identificação um numeral.

A princípio buscou-se traçar o perfil dos participantes da pesquisa, verificando-se que todos os professores são do sexo feminino, possuem nível superior, são especialistas na área educacional e a média de tempo na profissão é de 10 (dez) anos. Com relação à idade, verificou-se uma certa homogeneidade no que se refere à idade dos participantes, cuja média entre eles foi de 38 anos.

Logo, foram questionadas: porque o aluno com necessidades educativas especiais tem dificuldade em ser incluído no ensino regular? Segundo elas:

P1 - Há carência de profissionais qualificados para trabalhar com aluno com necessidades específicas.

P2 – Não há recursos adequados para o trabalho com aluno com necessidades específicas, especialmente, aqueles com surdez. Além da falta de intérpretes, também não há materiais apropriados.

P3 – Em alguns casos, não há interesse por parte de muitos professores em aprender a trabalhar com alunos com necessidades educativas específicas.

P4 - Não há investimento em políticas educativas de formação continuada para os professores e melhores condições de trabalho nas escolas para melhor atender PcD.

P5- Não há políticas educacionais destinadas a garantir o acesso e permanência do aluno na escola, bem como, profissionais qualificados e condições físicas e materiais adequadas.

Em vista do exposto, verifica-se que são vários os problemas que impendem à inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, contudo, o que mais sobressai

é o fato de a escola não está preparada para atender esta clientela qualitativamente, sobretudo, no que diz respeito ao despreparo do professor.

Fonseca (2018) corrobora o exposto, atribuindo o despreparo do professor à falta de especialização ou de estudo, a utilização de métodos antigos para o trabalho pedagógico, ou, ainda a má formação dos cursos de magistério. Os professores geralmente nos cursos de formação de magistério não recebem informações sobre quem são os alunos que apresentam necessidades especiais, sentindo-se inseguros para trabalhar com estes alunos.

Conforme Mazzota (2017, p.58), para uma verdadeira inclusão escolar é imprescindível que haja adaptações nas “estruturas físicas e programáticas, suas metodologias, tecnologias e capacitando continuamente seus professores, especialistas, funcionários e demais membros da comunidade escolar”. Mas, mesmo tendo avançado em questões inclusivistas nas últimas décadas, a escola ainda não está preparada para enfrentar o desafio da diversidade.

Quando questionadas acerca do aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais, enfatizaram que:

P1 – Não existe uma fórmula pronta, dependerá muito do grau de comprometimento físico e mental de cada criança para que se alcance um bom aprendizado.

P 2- A aprendizagem depende muito das estratégias utilizadas em sala de aula.

P3 – Alguns alunos apresentam mais facilidade que outros.

P4 - O aprendizado da PcD é possível quando se considera aspectos como tipo da deficiência, competência do professor, apoio familiar e condições de trabalho.

P5 - Em muitos casos o aluno não aprender por deficiência do próprio professor.

Infere-se, a partir dos depoimentos, que as dificuldades de aprendizagem não é uma característica própria dos alunos com necessidades educacionais especiais, fazendo-se necessário utilizar estratégias de ensino diferenciadas que atenda às necessidades desses alunos, cabendo à escola proporcionar as condições necessárias ao trabalho educativo desta clientela.

De igual modo, a família deve participar de forma ativa no que concerne ao ensino e aprendizagem da criança, pois, conforme prevê o ECA, em seu art. 4º:

Art. 4º "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

Portanto, a família possui um importante papel no desenvolvimento e aprendizagem escolar da criança com necessidades especiais, isso porque, o fazer parte do contexto familiar é um

determinante para essa criança, ela necessita do estabelecimento de um vínculo emocional com pessoas significativas, especialmente, os familiares, o que contribuirá para seu desenvolvimento e aprendizagem (PROCÓPIO, 2014).

Outro questionamento foi sobre a metodologia de ensino utilizada pelas docentes, obtendo-se as seguintes respostas:

P1 - Vou fazendo adaptações com diferenciadas estratégias para alcançar um melhor desempenho do aluno.

P2 – Não utilizo um método específico, procuro um que possa obter melhor resultado.

P3 - Uso atividades diversificadas para cada situação de ensino

P4 – Utilizo uma metodologia bem eclética.

P5 – Faço uso de aulas expositivas, pesquisas, dinâmicas, entre outras.

Observa-se que os professores utilizam métodos diferenciados de ensino, bem como estratégias próprias para obter resultados. Estes achados corroboram o que vem sendo sinalizado na literatura especializada, ao afirmar que um dos principais desafios do ensino do aluno com necessidades específicas está na atuação do professor de eliminar concepções negativas sobre a possibilidade de uma aprendizagem significativa, investindo no potencial dos alunos.

Em outras palavras, o trabalho desenvolvido em sala de aula é de suma importância para que o aluno com deficiência se sinta aceito e fazendo parte do contexto. Desse modo, as atividades devem ser explicadas lentamente, dando ênfase a atividades relacionadas à vida dos alunos, trabalhando suas habilidades e as competências que ele possui.

Rotta; Ohlweiler; Riesgo (2018) sugerem ainda o uso de aparatos tecnológicos para tornar ensino mais interessante. Cabe às escolas, sejam públicas ou privadas, devem oferecer recursos que possam facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes PcD e com dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, as tecnologias assistivas (TA) consideradas são fortes aliadas nos ambientes onde é ofertado o AEE.

Posteriormente foi questionado as professoras qual a maior dificuldade quando estão ministrando os conteúdos curriculares, como também as dificuldades apresentadas pelos alunos:

P1 – Adequar os conteúdos para o ensino dos alunos com necessidades educativas especiais, pois muitos apresentam distorção idade/série, o que dificulta a comunicação devido à falta de conhecimento prévio em determinadas áreas.

P2 - Manter os alunos concentrados na aula para assimilar o conteúdo. Muitos alunos apresentam dificuldades porque há um déficit linguístico.

P3 – Sem dúvida, a maior dificuldade dos alunos é com relação a aquisição da leitura e escrita da língua portuguesa.

P 4 - Leitura e interpretação são uma delas, senão a maior. A escrita ainda constitui um grande desafio.

P5 - A concentração é sem dúvida um dos maiores desafios diário. Assim, as aulas devem ser o mais interessante possível, para que haja um retorno.

Pelos depoimentos, observa-se que são grandes as dificuldades e desafios que as professoras enfrentam em sala de aula. Todavia, conforme assinala Guenther (2020), elas devem considerar que o desenvolvimento das pessoas com deficiência processa de maneira diferente no que se referem à apropriação dos conteúdos em comparação com as pessoas que não possuem essas limitações. Estruturalmente, elas costumam dar respostas condizentes com seu ambiente social, e essas estruturas evoluem seguindo a mesma lógica das apresentadas pelas pessoas normais, apenas ocorre de maneira mais lenta.

No tocante ao comportamento do aluno com necessidades educativas especiais em sala de aula.

P1 - Comportamento típico de qualquer outra criança. Às vezes quietos, outras vezes desconcentrados, conversando.

P2 – Normal.

P3 – Algumas vezes bem-comportados, outras não.

P4 – Existe sempre àqueles que conversam um pouco a mais, mas, no geral, são bons alunos.

P5 - No geral têm muita energia e são impacientes.

Observa-se, nas falas das professoras, que as crianças com necessidades educativas apresentam as mesmas características comportamentais e cognitivas que as demais crianças, o que as diferem são apenas as limitações inerentes a cada deficiência, por isso, costumam ser mais impacientes e agitadas. Por isso, os professores precisam ser mais pacientes e compreender as necessidades dessas crianças.

Por fim, foi questionado às professoras se elas tiveram formação específica para ensinar alunos com necessidades especiais. Todas foram unânimes ao responderem que ‘não’, que buscaram respaldo teórico para atuarem na prática com esses alunos.

Ao revisar a literatura especializada, percebe-se que os professores não são preparados para o processo de inclusão. Muitos não têm conhecimentos acerca da pessoa deficiente, e grande parte recebeu uma má formação nos cursos pedagógicos, que na concepção de Rodrigues (2018), explora-se bem mais a teoria, sem confronta-la com a prática, e nos currículos os conteúdos são

organizados de forma a atender crianças consideradas normais, não fazendo menção ao atendimento dos alunos da educação especial.

Considerando o novo paradigma, em que o inclusivismo tem ganhando cada vez mais espaço nas discussões, é imprescindível que os professores busquem uma melhor qualificação profissional, aperfeiçoando suas práticas pedagógicas de modo a obter respostas condizentes com as necessidades de todos os alunos, conforme estabelece o art. 59, inciso III da LDB (1996):

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:  
[...]

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Infere-se que este dispositivo legal enfatiza à importância da capacitação dos docentes que trabalham com educação especial, cabendo aos sistemas de ensino assegurar professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses alunos nas classes comuns.

Em vista do exposto, compreende-se que, a inclusão de alunos PcD no ensino regular demanda, além da necessidade de formar e qualificar professores, a elaboração e adaptação curricular que contemple toda diversidade de alunos, metodologias pedagógicas e inclusão, adaptação dos recursos humanos e materiais, entre outras, o que trará melhoria e possibilitará um ensino de maior qualidade, a fim de garantir oportunidades iguais a todos os alunos, do contrário, não se pode falar em inclusão.

#### **4. Considerações Finais**

Considerando-se a complexidade do processo de inclusão educacional num contexto educacional brasileiro marcado historicamente pela exclusão, segregação e discriminação, é importante estar sempre questionando o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas da rede regular de ensino, buscando verificar se este tem ocorrido de forma efetiva, no que diz respeito à diversidade, convivência social e aprendizagem?

Observou-se que apesar das diretrizes legais e outras estratégias implementadas para efetivar a inclusão educacional dos alunos com necessidades educativas especiais, incluir estes alunos no ensino regular ainda afeta grandes desafios, isso porque a maioria sofre uma escolarização deficitária, e muitos ainda são os obstáculos a serem superados para que se possa falar em uma verdadeira inclusão.

A partir dos dados da entrevista foi possível constatar alguns dos desafios existentes nas escolas que se devem transpor para atender às necessidades educativas dos alunos especiais pautando-se no acolhimento, respeito e valorização da diferença no processo de ensino e aprendizagem, destacam-se: falta de informação sobre as necessidades especiais, falta de metodologias de inclusão e de habilidade dos docentes, escassez de recursos, recursos humanos sem qualificação adequada, descasos e negligências dos governos, falta de políticas públicas, entre outros.

Os resultados desta pesquisa podem contribuir para que as instituições de ensino possam desenvolver estratégias para garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive àqueles que possuem limitações impostas pela deficiência. Além disso, o estudo também contribuirá para que os profissionais de ensino repensem suas práticas, pois quando se fala em inclusão educacional, eles são protagonistas do processo de ensino, e por isso, devem atuar visando a inclusão de todos.

## Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BRASIL. **Lei nº. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.
- FAGUNDES, C.M. **Os novos desafios para a educação especial**. São Paulo: Ação Educativa, 2020.
- FONSECA, M. M. **Educação inclusiva: outros caminhos**. Rio de Janeiro: Dunya, 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2013.
- MAZZOTA, M. J. **Fundamentos de educação especial**. Série Cadernos de Educação. São Paulo: BPCS, 2017.
- MICHAELIS. **Diversidade**. 2018. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/> > Acesso em mar./2025.
- PROCÓPIO, C. **Motivação intrínseca, extrínseca e o uso de recompensas em sala de aula**. São Paulo: UNE, 2014.

RODRIGUES, T. M. (org.). **Educação inclusiva**: construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte: Memnon, 2018.

ROTTA, N.T; OHLWEILER, L; RIESGO, R.S.S. **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar – Porto Alegre: Artmed, 2018.

SILVA NETO, A de O; ÁVILA, E. G; SALES, T. R. R; AMORIM, S. S; NUNES, A. K; SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**. Santa Maria. RS. 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.